

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUSTENTABILIDADE: O CASO DA ESCOLA
FAMÍLIA AGRÍCOLA EM SANTA CRUZ DO SUL – RS**

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND EDUCATION OF THE FIELD: THE CASE
OF ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA IN SANTA CRUZ DO SUL – RS**

SCHNEIDER, Selma

semaschneider@uol.com.br

Secretaria do Estado e Educação do Mato Grosso – SEDUC/MT

RESUMO O presente artigo apresenta um estudo sobre a Pedagogia da Alternância na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul - RS (EFASC). Apresenta experiências e contribuições da Pedagogia da Alternância no processo de desenvolvimento sustentável em comunidades rurais da região. Com enfoque qualitativo, a pesquisa amparou-se no método dialético, lançando mão da pesquisa participativa, para buscar entender o processo de Educação do Campo e Sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, Pedagogia da Alternância e sustentabilidade.

ABSTRACT This paper presents a study about the Pedagogy of Alternation in the Escola Família Agrícola (Family Farm School), in Santa Cruz do Sul RS – EFASC. It presents the experiences and the contributions of the Pedagogy of Alternation in the process of sustainable development in the rural communities of the region. With a qualitative approach, the research was based on the dialectic method and on a participative research, aiming to understand the process of Rural Education and sustainability.

KEYWORDS: Rural Education, Pedagogy of Alternation and sustainability

INTRODUÇÃO

Neste artigo, analisa-se o processo da construção social da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul – EFASC e sua origem num contexto histórico a partir dos atores envolvidos e a inserção destes na construção de um processo educativo

voltado à promoção da sustentabilidade¹ em uma região onde a economia é baseada na monocultura do tabaco.

Para isso se fez necessário entender o processo de formação por alternância no contexto nacional e sua prática pedagógica na EFASC. Também investigar a relação com o meio ambiente na promoção da sustentabilidade, através das práticas desenvolvidas pelas famílias envolvidas na EFASC.

Com enfoque qualitativo, a pesquisa amparou-se no método dialético, lançando mão da pesquisa participativa, para buscar entender o processo de Educação do Campo e Sustentabilidade.

2 AS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS NO BRASIL E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A Pedagogia da Alternância originou-se na França com a denominação *Maisons Familiales Rurales* – MFR (Casas Familiares Rurais), sendo que seu reconhecimento oficial se deu no início da década de 1960.

Segundo Monteiro (1997), a Casa Familiar Rural originou-se no ano de 1935, com seu idealizador, Padre Abbé Granereau, na cidade de Sérignac-Péboudou, no interior da França. Criada com o objetivo principal de propiciar aos jovens agricultores a formação geral, técnica e humana, utiliza a Pedagogia da Alternância como um de seus pressupostos fundamentais para o processo educativo, que possibilita aos jovens agricultores alternarem entre a instituição de ensino e a propriedade de seus familiares no decorrer do curso.

No Brasil, as primeiras experiências de formação por alternância foram criadas no final dos anos 1960, no Estado do Espírito Santo, com a denominação de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Posteriormente, nos anos 1980, no Estado de Alagoas, na região nordeste, sem vinculação com o movimento das EFAs, foram criadas as Casas Familiares Rurais (CFRs). “As Escolas Familiares Agrícolas (EFAs), juntamente, com as Casas Familiares Rurais (CFRs) e as Escolas

¹Segundo Trigo *et al.* (1994), o conceito de sustentabilidade tem uma perspectiva, um critério geral no que se refere às relações básicas da organização social, sendo mais do que um conjunto concreto e específico de ações a serem empreendidas por indivíduos ou organizações públicas e privadas da sociedade. Logo, viver de forma sustentável depende da consciência cidadã. Parafraseando Gadotti (2000), a forma mais adequada de promover a sustentabilidade é investir na Educação Ambiental.

Comunitárias Rurais (ECRs) surgiram como resposta à problemática da educação rural francesa em 1935”².

As Escolas Famílias Agrícolas - EFAs surgiram no Brasil por ocasião de uma visita do Padre Humberto Pietrogrande à região sudeste do Estado do Espírito Santo, na década de 1960, para conhecer as condições de vida de inúmeros descendentes de imigrantes italianos, os problemas e o abandono em que vivia a população interiorana.

Segundo Rodrigues (2008), a primeira Escola Família Agrícola no Brasil foi criada em 1968, no distrito de Olivânia, Município de Anchieta, no Estado do Espírito Santo. A formação em alternância, em Olivânia, ocorria com intervalos de uma semana de formação, em regime de internato na escola, e duas semanas no meio externo, com trabalho e estudos no seio familiar.

A partir desse ambiente, foi construído um “projeto-ação” que, antes de tudo, contestava a situação existente e propunha uma ampla ação, de promoção social. O MEPES³, com inspiração no modelo italiano, e as Escolas Famílias Agrícolas do Espírito Santo foram o berço das primeiras experiências concretas da Pedagogia da Alternância no Brasil.

Nacionalmente as EFAs estão organizadas em torno da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil - UNEFAB, com sede em Brasília. Mundialmente estão vinculadas à União Internacional das Escolas Famílias - AIMFIR, que representa as Escolas Famílias Agrícolas do mundo.

Cada EFA é gerenciada por uma associação de pais e alunos e, em alguns casos, monitores, ou uma fundação, onde democraticamente se discute funcionalidade e administração. As EFAs estão vinculadas a uma organização regional. Essas organizações regionais, por sua vez, estão ligadas à UNEFAB que, por conseguinte é ligada à AIMFIR.

A partir de 1996, com a Inclusão da Alternância na LDB (artigo 23), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer 01/2006 do CNE/CEB/MEC) reconhecem o calendário escolar diversificado. O

²Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo Br. Disponível em: <<http://www.mepes.org.br/index-6.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

³ O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES é uma entidade que tem por finalidade a promoção integral da pessoa humana. Gratuitamente promove a educação e desenvolve a cultura através da ação comunitária.

mesmo só se tornou viável através das lutas travadas pelos movimentos sociais e sindicais, que pressionaram para a construção de propostas pedagógicas que respeitassem a realidade, as formas de produzir, de lidar com a terra, da vida do homem do campo.

A aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002, do Conselho Nacional de Educação) foi mais um instrumento de luta dos diversos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB e o Centro de Formação das Famílias Agrícolas - CEFFAs.

Nesse sentido, a Escola Família Agrícola está vinculada à cultura que se dá através das relações sociais, do trabalho na terra, tratando o camponês⁴ como sujeito social e histórico, promovendo desenvolvimento com solidariedade e economicamente sustentável.

Para Nosella (2007, p. 17), a história das Escolas Famílias Agrícolas é a história de uma idéia que nasceu da convicção de um homem, filho de camponês, que por toda a sua vida se comprometeu diretamente com o meio rural, vivendo no meio do povo do interior francês e compartilhando a mesma vida. Foi, assim, a visão da necessidade de uma Escola realmente para o meio rural e do meio rural, uma Escola que rompesse radicalmente com o modelo urbano, não nascida de um estudo teórico, nem de uma tese pedagógica, nem de um levantamento sociológico.

A Pedagogia da Alternância está fundamentada em quatro pilares que se complementam e que são: Associação Local, Alternância, Formação Integral e Desenvolvimento do Meio.

O primeiro pilar, Associação Local (famílias, instituições profissionais), é a Educação do Campo vinculada aos diversos movimentos e organizações, desenvolvendo assim o associativismo solidário.

⁴ “Camponeses são produtores que desenvolvem suas atividades com força de trabalho predominantemente familiar; que têm a terra como local de produção e reprodução social; que lutam pela permanência na terra e contra a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo. Possuindo diversos graus de tecnificação, integração ao mercado, conhecimento e qualidade de vida, os camponeses podem ser pobres, médios ou ricos.” GIRARDI, Eduardo Paulo. *Atlas da questão Agrária brasileira*. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>> Acesso em: abr. 2012.

O segundo pilar é a Alternância, através da qual as EFAS buscam o ensinamento que traz em seu interior a troca alternada de um período de aprendizado com a família (e com a comunidade) e outro período na escola. Os estudantes estão envolvidos com a totalidade dos projetos.

O terceiro pilar, que dá sustentação a uma EFA e a caracteriza como tal, é a Formação Integral da pessoa. A educação deve ter uma visão global, com sentimentos e emoções, tornando relevante o estudo das dimensões da totalidade, na construção de seu "ser-no-mundo-com-os-outros" (FREIRE 2000). A tarefa educativa não se limita ao caso particular do sistema formal de educação, mas inclui também a família, os grupos sociais, as associações de classe, os partidos políticos e qualquer outro tipo de organização social que são chamadas a desempenhar uma tarefa educativa.

O quarto pilar, o Desenvolvimento do Meio, é o que sustenta uma Escola Família Agrícola na preocupação com questões voltadas para o desenvolvimento sustentável, com uma constante busca das EFAs em promover o desenvolvimento nas comunidades.

Segundo Silva (2003), alterna-se a formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola que, além das disciplinas básicas, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária. Na articulação entre os dois tempos e espaços da formação, são utilizadas diversas estratégias pedagógicas, denominadas instrumentos pedagógicos da alternância.

A ênfase na formação integral do jovem, a participação das famílias na condução do projeto educativo e na gestão da escola, assim como a perspectiva de desenvolvimento do meio são os outros princípios que, articulados à alternância, sustentam o projeto pedagógico dos CEFFAs, principalmente no âmbito das Escolas Famílias Agrícolas e das Casas Familiares Rurais.

O mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto são insuficientemente interpenetrados. Nesse sentido, a Pedagogia da alternância coloca essa relação como parceira.

De um lado tem-se a escola e a lógica da transmissão de saberes de forma contextualizada e, de outro, a realidade da família e a lógica da agricultura camponesa e suas potencialidades produtivas na formação da consciência ambiental e sustentável.

A despeito das suas especificidades, diferenças e divergências, os CEFFAs têm na pedagogia da alternância o princípio fundamental e estimulador de seus projetos educativos. Tal princípio implica em um processo de formação que combina e articula períodos de vivência no meio escolar e no meio familiar.

Desde o nascimento, as primeiras orientações que as pessoas recebem vêm da família. Por meio dessas orientações, que correspondem a um saber acumulado historicamente, os pais direcionam seus filhos no sentido de uma sociedade melhor e as pessoas se situam, na própria família, no ambiente local, regional e mundial. É todo um processo de aprendizagem, que começa no seio familiar e vai se ampliando e enriquecendo em diferentes ambientes e situações. (ZAMBERLAN, 2003, p. 68).

Assim, ao apresentar uma nova dinâmica de interação entre os sujeitos do processo educativo, a formação em alternância traz em seu bojo uma problemática complexa em termos de relações construídas entre o meio escolar e o meio familiar, buscando resolver as questões de fragmentação do conhecimento.

O método da pedagogia da alternância visa desenvolver na formação integral dos jovens situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que os rodeia, tendo como objetivo transformar e/ou recriar a realidade através da integração da equipe no processo de troca dos saberes obtidos aplicados nas mais diversas situações.

Na Pedagogia da Alternância os momentos no ambiente familiar/comunitário e profissional, se complementam com os momentos no ambiente escolar. É um processo de ensino/aprendizagem que ocorre em tempos e ambientes diferentes. É trabalhando no meio rural que o agricultor e outros profissionais passam a maior parte de sua vida. Por meio de seu trabalho transmitem valores a seus filhos e reconstroem suas energias, assegurando as condições de existência de sua família. O fazer e estar em diferentes ambientes, ajuda a pessoa a tomar distância de seu cotidiano. Assim o jovem: a) Permanecendo um tempo no meio sócio-profissional tem a oportunidade de observar, pesquisar e descrever a realidade que vive; b) Na escola, socializa, analisa, reflete, tenta sistematizar, conceitua e interpreta tudo isso a partir do que pesquisou em sua realidade vivencial, conjugando com outros conhecimentos historicamente construídos; c) Retornando ao seu ambiente sócio-profissional, busca aplicar, experimentar e, dentro do possível, transformar sua realidade. (ZAMBERLAN, 2003, p. 69).

A formação agrícola na propriedade com a formação teórica geral na escola, além das áreas dos conhecimentos teóricos, engloba uma preparação para a vida associativa e comunitária. Com base nisso, os conhecimentos adquiridos com a

Pedagogia da Alternância apresentam uma dinâmica de interação entre os sujeitos do projeto educativo (estudante, família, monitores e comunidade) e a formação em alternância, entendendo o processo na totalidade.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos [...] (FREIRE, 1996, p.15).

O conhecimento não é exclusividade da escola, é também da família e da comunidade. O educando resgata os saberes acumulados que, muitas vezes, nas escolas tradicionais ou “escolinhas rurais” lhe foi negado.

Historicamente as populações rurais não foram atendidas pelas políticas públicas de educação. A história do campo no Brasil é uma história de conflitos, de concentração de terra e de exploração injusta do trabalho humano. Também é a história das lutas do fortalecimento da consciência, dos movimentos sociais organizados, num movimento sindical de trabalhadores rurais combativo, da exigência de direitos de cidadania.

Foi através das lutas dos trabalhadores do campo que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, adquiriu um caráter inovador para o atendimento às peculiaridades da vida rural e de cada região, em relação aos conteúdos, organização escolar e adequação à natureza do trabalho rural. A grande novidade é a ruptura com o urbanocentrismo. É pensar o campo como espaço promotor de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento para o campo, para cada região, para o país e para o mundo.

3 A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE SANTA CRUZ DO SUL – RS

Santa Cruz do Sul é o município-polo da região do Vale do Rio Pardo e está entre os mais prósperos do Rio Grande do Sul, assumindo a liderança regional, exercendo influência sobre os demais municípios da região.

Segundo Frantz (2006), o Município de Santa Cruz do Sul teve sua evolução econômica fortemente ligada ao cultivo e à industrialização do tabaco, gerando uma expressiva dependência do setor e uma enorme vulnerabilidade econômica local.

No entanto, por falta de alternativas concretas como lazer, oportunidade de trabalho, vergonha de pertencer ao meio rural, entre tantos outros motivos, muitos jovens decidem pelo abandono do campo em busca de melhor qualidade de vida na área urbana. Pensar a educação do campo é pensar em um processo de resgate da dignidade do homem, da mulher, do jovem e da criança.

A Educação do Campo se constrói e se desenvolve no bojo dos movimentos sociais e populares. Trata-se de um componente estruturante e de transformação social, política, econômica, cultural, ambiental, histórica e tecnológica, em benefício do homem e da natureza, para a realização do desenvolvimento sustentável, capaz de assegurar condições de permanência, de vida e trabalho digno aos camponeses, com geração de trabalho e distribuição de renda.

No Vale do Rio Pardo os impactos negativos impostos à comunidade humana e ao meio ambiente estão relacionados ao uso de agrotóxicos na produção do tabaco. É importante que a educação e a escola adentrem na luta pela vida, essa é uma tarefa de toda a sociedade, que, sem dúvida, deve ser difundida através da Escola, no sentido de conhecer, debater, refletir, difundir as consequências e estimular formas alternativas à qualidade de vida dos camponeses.

Nas questões ambientais, econômicas e sociais inerentes ao ser humano, é verificada a necessidade de preservação das condições ambientais propícias à existência das gerações presentes e futuras. Isso não é tarefa fácil, principalmente se for levado em consideração o contexto regional da monocultura do tabaco.

A Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul RS - EFASC é o resultado de cooperação mútua entre entidades e famílias preocupadas com o futuro dos jovens agricultores; ela tem dentre os seus objetivos a promoção do processo de desenvolvimento sustentável e a justiça ambiental de modo sistêmico e integrado, motivando, capacitando e proporcionando o engajamento das comunidades na busca de melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, da qualidade de vida. Os estudantes são originários de 11 Municípios da Região do Vale do Rio Pardo, como se pode ver na figura 01 abaixo.

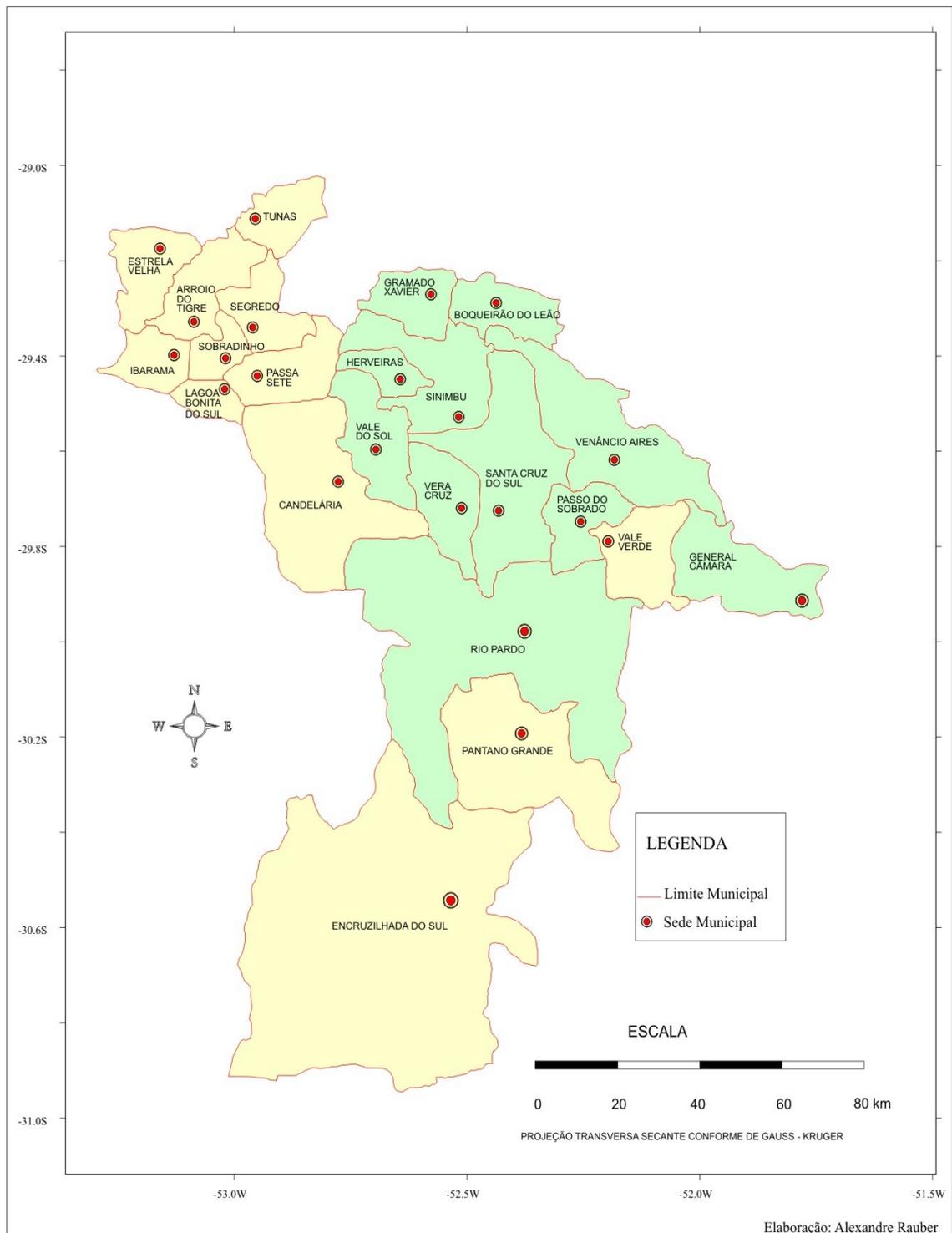


Figura 1 – Vale do Rio Pardo – municípios de origem dos estudantes da EFASC- RS

Fonte: RAUBER, 2012

As propriedades das famílias desses estudantes são relativamente pequenas, de 3 a 29 ha. Das famílias visitadas 60% são produtores de tabaco. O quadro 3 demonstra a dimensão das propriedades com atividade rural.

Quadro 1 – Dimensão das propriedades rurais pesquisadas

Propriedade	Própria	Arrendamento	Meeiro	Total
Propriedade A	39 ha			39 ha
Propriedade B	06 ha	07 ha		13 ha
Propriedade C	04 ha			04 ha
Propriedade D			03 ha	03 ha
Propriedade E	12,2 ha			12,2 ha
Propriedade F	20 ha			20 ha
Propriedade G	10,3 ha	08 ha		18, 3 ha
Propriedade H	17 ha			17 ha
Propriedade I	09 ha			09 ha
Propriedade J	18 ha			18 ha
Propriedade L	7,2 ha			7,2 ha
Propriedade M	22 ha			22 ha
Propriedade N	05 ha			05 ha

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No que diz respeito à diversificação agrícola ou industrial, no sentido de suportar eventuais crises do setor fumageiro, observam-se iniciativas frágeis, de baixo impacto, que não chegam a interferir na matriz produtiva hegemônica.

O trabalho na EFASC é realizado de modo constante, com crescente inserção nas questões sociais, econômicas, culturais e ecológicas. Dessa forma, a Escola vem construindo a sua identidade e compromisso com as lutas sociais e populares. As demandas diagnosticadas no planejamento escolar assumem distintas linhas de atuação frente às questões sociais e ambientais. Essas demandas, na maioria das vezes, são desconsideradas pelas escolas tradicionais que trabalham em uma educação de concepção bancária.

Segundo Freire (2005), a educação bancária é uma transferência de conteúdos, “a educação é o ato de depositar [...] transmitir valores e conhecimento”

(FREIRE, 2005, p. 67), negando a participação do educando na produção do conhecimento.

Ao contrário da educação bancária, a educação libertadora é problematizadora e dialética, cria as condições reais de autonomia. O educador se coloca ao lado do educando, sua postura é de estar em convívio com o estudante na tarefa de desvendar de forma coerente a realidade vivida enquanto construção e reconstrução da realidade.

A Educação é um processo permanente, que não se esgota nos muros da escola, porque não acontece exclusivamente na escola. Não há reflexão sem ação, não se pode teorizar desconhecendo a realidade.

Freire afirma que a "libertação", através da educação, só é válida se for um esforço coletivo: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 2005, p. 58).

Dessa forma, a Pedagogia da Alternância, além de um método diferenciado de ensino e aprendizagem, constitui-se num sistema educativo desenvolvido pelas Escolas Famílias Agrícolas que têm sua sustentação nos quatro pilares mencionados acima, e que fundamentam a sua prática escolar. Esse sistema educativo considera como um dos seus princípios fundamentais a participação das famílias na gestão escolar. Nesse sentido a Pedagogia da Alternância está voltada para atender os jovens do meio rural, tem um currículo flexível, recriando a educação a partir da vida. Sua organização didático-pedagógica exige um tempo alternado entre o período escolar e familiar. As experiências sociais na comunidade se integram ao currículo escolar, constituindo os conteúdos da realidade, através dos instrumentos pedagógicos da alternância.

No período que o educando está com a família, realiza a descrição da realidade socioprofissional do contexto familiar, utilizando como instrumento para essa tarefa o caderno da realidade.

Na semana seguinte, na escola, é realizada a "colocação em comum", que implica na socialização, análise, reflexão, sistematização, conceituação e interpretação dos conteúdos identificados na etapa anterior.

Em um terceiro momento, o estudante volta para a propriedade, dessa vez com os conteúdos trabalhados de forma que possa aplicar, experimentar e transformar a realidade socioprofissional. Desse modo, novos conteúdos surgem,

novas questões são colocadas, podendo ser novamente trabalhadas no contexto escolar.

No final do terceiro ano, para conclusão do ensino médio, os estudantes fazem o PPJ - Projeto Profissional do Jovem, que é o resultado da formação que os jovens tiveram na EFASC durante três anos, analisando o modelo de agricultura atual, partindo da própria realidade vivida na propriedade até o modelo regional.

O Projeto Profissional do Jovem é um meio de o jovem realizar as pesquisas dos Planos de Estudo, objetivando conhecer a realidade, partindo do seu próprio contexto histórico para um contexto mais amplo da realidade regional e global. O estudo é de cunho socioeconômico, ambiental, cultural, político e profissional. O Projeto é uma forma de o jovem buscar a inserção no mundo do trabalho, ou seja, implementar um empreendimento que gere emprego e renda para o jovem e sua família.

Os estudantes da EFASC, através do método da Pedagogia da Alternância, demonstram, com os conhecimentos adquiridos e em sua aplicação na propriedade rural, a possibilidade da permanência no campo, trabalhando junto à família e à comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Percebe-se que houve mudanças na atitude dos jovens e das famílias, principalmente no que se refere ao êxodo rural, e a outro olhar cultural, pois os jovens já não têm mais vergonha de dizer que são camponeses.

Segundo o relatório da EFASC (2009), houve a necessidade da construção de um potencial de desenvolvimento sustentável e agrícola que pudesse auxiliar na autonomia do camponês, no sentido do resgate dos saberes acumulados na perspectiva de respeito às culturas que tendem a ser esquecidas ou negadas e, acima de tudo, buscar a autonomia do camponês.

De acordo com os temas do PPJ, mostrados, os estudantes têm uma preocupação com a sustentabilidade, buscam um resgate dos saberes acumulados. Nos três anos da EFASC já há um anúncio de mudanças significativas. A seguir serão destacados dois projetos que foram apresentados na última Assembleia Geral da EFASC de 2011.

O resgate dos saberes acumulados, como se pode perceber no PPJ da estudante que busca reativar a produção de vassouras de palha que era um saber

dos avós; e também no PPJ de outro estudante que mostrou a viabilidade econômica através da Olericultura e Avicultura Colonial.

Na justificativa do primeiro projeto destacado, lê-se que:

Planejar o futuro de nossa propriedade, é a missão de minha família, sendo, no entanto necessário averiguar as possibilidades existentes, para que possam ocorrer tamanhas mudanças e aperfeiçoamentos.

Toda a unidade de produção familiar necessita de renda para se estruturar, com a nossa não é diferente. Atualmente vivemos em um cenário onde predomina o cultivo do tabaco, produção esta que traz enormes malefícios, tanto de insalubridade, insegurança, impactos ambientais e econômicos para as pessoas que neste ramo primário atuam.

Analisando as condições da unidade familiar identificou-se, pouca mão de obra disponível, terras em sua maioria ocupadas, valiosas sabedorias que meus avós acumularam durante sua caminhada que acabaram se perdendo, da necessidade de encontrar uma nova alternativa de renda que possa contribuir economicamente sem deixar de praticar as diversas atividades que são executadas em nossa UPF.

Portanto a produção de vassouras de palha foi vista como uma alternativa integradora, que visou englobar todos os fatos acima descritos, uma atividade artesanal e de cunho histórico.

É uma atividade que pode ser concomitantemente cultivada com as que já prevalecem na propriedade, sendo considerado agregante de mais uma fonte de renda, onde a produção dispense de poucos recursos econômicos, porém de muita habilidade no manejo.

O vegetal apresenta inúmeras utilidades, sendo explorado se forma correta, a semente pode servir de nutriente na ração de aves, o colmo é incorporado no solo, fornecendo assim matéria orgânica para o mesmo.

Em meus objetivos pessoais e profissionais sempre prevaleceu o respeito às atividades de cunho histórico, nada melhor do que trabalhar com o que desperta em nos segurança e carinho. Ressaltando que o sorgo vassoura é uma planta que pode ser produzida de forma orgânica, sem adicionamentos de agroquímicos, valorizando assim o futuro consumidor que estará adquirindo um produto de qualidade, sem deixar de mencionar a proteção as propriedades do solo. (Daiane Andresa Schubert, PPJ, 2011).

No projeto destacado, a estudante Daiane Andresa Schubert, da localidade de Travessa Rio Pardinho, Município de Vera Cruz, tratou tanto de um resgate do conhecimento dos antepassados como de sustentabilidade, como é possível verificar em sua justificativa.

Neste sentido verifica-se que o PPJ da estudante relaciona-se aos princípios defendidos pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme se verifica no parágrafo único do art. 2º da resolução.

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas

questões à qualidade social da vida coletiva no país. (CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002).

O segundo projeto destacado, do estudante Emerson Luís Rech, do Município Vale do Sol, evidencia o conhecimento das práticas agrícolas ao propor mudanças no sistema de produção:

Viabilidade Técnica: Este projeto tem suas tecnologias adequadas à realidade tendo em vista a produção orgânica, com uso de esterco da propriedade, adubação verde, conservação de solo, biofertilizantes, repelentes naturais. Todavia esta adequação se dá pelo fato de não ter nenhuma lavoura próxima que esteja utilizado algum tipo de agrotóxico.

Viabilidade Econômica – Financeira: Fazendo análise a partir dos estudos e pesquisas realizadas anteriormente no projeto é possível afirmar que é viável, haja vista que os valores investidos inicialmente são rapidamente recuperados no primeiro ano de implantação, já tendo um saldo positivo de R\$ 6.290,60.

Tendo em vista estes cálculos podemos verificar que o ponto de vista financeiro é muito bom para o pleno desenvolvimento do projeto, isto significa que em segundos planos poderá se fazer mais investimentos nesta atividade.

Viabilidade Ambiental: Devido ao projeto ter o objetivo de ser de produção orgânica, todas as atividades de implantação do mesmo têm uma preocupação com o meio onde está inserido, com técnicas e tecnologias voltadas para a preservação do meio ambiente (solo, recursos hídricos, matas), [...]

A viabilidade ambiental está sendo vista com bons olhos, pois a implantação não tem nenhum problema com o uso de agrotóxicos, conseguindo-se assim completar de forma bem tranquila o ciclo do ecossistema, sendo que essa área já foi aprovada pelos técnicos e engenheiros que trabalham no MPA [Movimento dos Pequenos Agricultores], entidade que está visando a produção orgânica.

Redes e parcerias: A Escola Família Agrícola e o MPA são hoje as entidades que fazem o meu projeto ser uma realidade, as potencialidades de contribuição para o desenvolvimento local e social são bastante positivas, isso quer dizer que, a partir do momento em que se tem algo concreto e que ocorre a participação em reuniões e alguns eventos constata-se o reconhecimento do poder público, comunidade, cooperativas, entre outros que virão.

O apoio da família está bastante intenso pelo qual se observa que já ocorreu o reconhecimento dessa atividade, mostrando suas vantagens e suas possibilidades de trazer mudanças bem significativas para a região e podendo até diminuir significativamente a cultura do tabaco. (Emerson Luís Rech).

No caso do estudante Emerson, com o tema Olericultura e Avicultura Colonial, não foi somente em seu PPJ, no qual ele descreve a viabilidade técnica, econômica e ambiental de forma clara, que se pode observar avanços, mas, sobretudo, na propriedade, onde se reduziu consideravelmente o tabaco, fazendo da olericultura o terceiro produto mais comercializado pela família.

O Projeto Profissional do Jovem é educativo, tem o acompanhamento da escola, e se baseia numa profissão real. Envolve sustentabilidade com desenvolvimento da propriedade e da comunidade local, partindo de uma realidade concreta.

Nesse sentido, percebe-se que há concordância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo com o princípio político de explicitar o papel da escola na construção do desenvolvimento rural sustentável.

Tanto na visão teórica quanto na prática, a experiência da EFASC leva a refletir sobre o processo educativo e verifica-se que é possível ter uma proposta pedagógica engajada na realidade, com intervenções na vida da coletividade, sem perder de vista a importância de conhecer e valorizar as relações globais do processo educativo.

Trata-se de uma proposta de educação que torna o estudante um protagonista, com responsabilidade pelas informações e o desenvolvimento do projeto, o que o leva a aprender a tomar decisões, relacionar-se com outras pessoas e perceber que o processo de ensino e aprendizagem não se pratica somente na escola. Na EFA toda a comunidade escolar tem responsabilidade pelo seu progresso educativo.

Percebe-se a preocupação com as questões de sustentabilidade por parte da comunidade escolar da EFASC. Com a ajuda dos monitores e técnicos agrícolas, os jovens expressavam sua preocupação com a preservação ambiental.

Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum têm como princípio político explicitar o papel da escola na construção do desenvolvimento rural sustentável e o princípio da interdisciplinaridade a partir do contexto local/regional; assim a ação da EFASC está pautada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde se lê que:

O projeto institucional das escolas do campo, expressão do trabalho compartilhado de todos os setores comprometidos com a universalização da educação escolar com qualidade social, constituir-se-á num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. (art. 4º CNE/CEB 1/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002).

A homologação de leis das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo foi concretizada através de lutas coletivas dos movimentos sociais do campo.

O grande projeto dos CEFFAs espalhados pelo país tem sido proporcionar aos jovens do campo uma Escola que realiza um trabalho coletivo com a comunidade escolar, que participa efetivamente para a construção do projeto social, político, econômico, cultural e ambiental, que garanta a qualidade de vida e trabalho no campo.

Nesse sentido a EFASC procurou identificar a expectativa dos pais com relação à Escola e o que eles achavam da proposta da Pedagogia da Alternância. As respostas com relação à expectativa quanto ao seu funcionamento foram expressivas e unânimes no reconhecimento de sua importância para o processo de desenvolvimento da região e para o futuro de seus filhos.

Percebeu-se, também, que as famílias depositam muita confiança e esperança na EFASC, enquanto instituição de ensino, e acreditam que ela possa fazer a diferença para região.

A participação da família na EFASC se deu juntamente com o processo de entendimento dos instrumentos pedagógicos, quando os alunos iam para casa e faziam perguntas aos pais sobre a realidade, sobre a história da família, motivando, dessa forma, a participação da família no preenchimento do caderno de acompanhamento.

Esse é um sistema educativo em que a Pedagogia da Alternância é a base metodológica específica e a Associação constitui um dos princípios fundamentais da participação das famílias na gestão escolar. A Pedagogia da Alternância, voltada para atender os jovens do meio rural, tem um currículo flexível, recriando a educação a partir da vida. Sua organização didático-pedagógica exige um tempo alternado entre o período escolar e familiar. As experiências sociais na comunidade se integram ao currículo escolar, constituindo os conteúdos da realidade.

Os instrumentos pedagógicos da alternância que fazem parte da metodologia utilizada na EFASC são:

- Plano de Estudo: implica trazer para a EFA os conhecimentos empíricos e teóricos, trabalho e estudo, onde a potencialidade da alternância é valorizada,

tornando-se um ato concreto de fonte de reflexão, problematização e interferência na realidade;

- Colocação em comum: ao retornar da família o jovem traz a pesquisa do Plano de Estudo numa síntese pessoal. A equipe discute o trabalho de cada um, individualmente;

- Caderno da Realidade: é o registro do jovem sobre a realidade, de todas as suas reflexões e estudos realizados, elemento que permite a sistematização racional da reflexão e ação, provocadas pelo Plano de Estudo;

- Caderno de Acompanhamento: é um meio de comunicação entre a escola e a família. Com ele as famílias se envolvem no processo, acompanhando e orientando seus filhos sobre o que fazer durante a estadia em casa;

- Caderno didático: é um instrumento elaborado a partir do Plano de Estudo para o aprofundamento das disciplinas afins, depois de cada colocação em comum;

- Intervenções externas ou palestras: acontecem como meios de aprofundamento dos temas do Plano de Estudo, após a colocação em comum;

- Visita à Família: é mais um instrumento para integrar os espaços e os tempos da alternância; ela é devidamente planejada pela equipe de educadores com seus respectivos objetivos, sendo realizada de forma sistematizada;

- Avaliação contínua: considera-se nesta todo o sistema de formação. Avaliam-se os atores da formação e o processo de participação no desenvolvimento dos instrumentos. Nas assembleias é avaliado o projeto e a participação dos pais no rendimento do aluno.

As etapas foram sendo superadas. Nas visitas dos monitores às famílias foram realizadas formações com a participação das mesmas, o que fez com que elas se inserissem cada vez mais no processo.

Nesse contexto, a associação local, como pilar importante na Pedagogia da Alternância, foi concretizada em 02/06/2012, fruto do processo de compreensão e conscientização por parte das famílias.

A Pedagogia da Alternância visa buscar os conteúdos com base na realidade dos estudantes, numa dinâmica capaz de reconhecer as diferenças, conciliando o trabalho na propriedade rural com a educação, valorizando o conhecimento do estudante numa inserção entre escola-família-comunidade, utilizando os instrumentos pedagógicos e temas geradores no processo ensino-aprendizagem.

Uma Educação do Campo de qualidade é um desafio que pressupõe e exige luta, exercício, trabalho, pensar e repensar dos protagonistas, mas é fundamentalmente, o coletivo comprometido com o processo educacional.

Segundo Freire (1999), a luta se justifica na liberdade, que a sociedade seja capaz de projetar os seus caminhos e que esta luta implique na tomada de consciência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a educação do campo é compreender o significado das práticas pedagógicas adotadas, que remetem a uma educação necessária à promoção da autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

As lutas dos movimentos sociais por uma educação do Campo foram criadas e pensadas com a população e para a população do campo. Segundo Caldart (2004), a Pedagogia do Movimento é resultante das experiências educativas dos movimentos sociais do campo.

A construção de uma proposta pedagógica que respeite a realidade do camponês, em oposição à educação convencional, foi uma necessidade frente à realidade da região do Vale do Rio Pardo, tendo em vista a urgente necessidade de criação de um novo espaço para a formação dos jovens do campo, numa perspectiva sustentável. Esta proposta pautou-se na discussão pedagógica realizada a partir das questões do desenvolvimento sustentável e das tecnologias adequadas ao Campo, visando melhorar a qualidade de vida, envolvendo as famílias e a comunidade.

Nesse sentido, os fatores que contribuíram para o surgimento do EFASC tiveram relação com a busca de conhecimento de técnicas alternativas para preservação ambiental, buscando dar respostas para as reais necessidades dos jovens camponeses da região do Vale do Rio Pardo.

A concepção metodológica da Pedagogia da Alternância tem sua origem na França, e hoje se encontra disseminada em vários países do mundo, orientando a formação de jovens a partir das experiências desenvolvidas no processo sócio-produtivo dos mesmos, requalificando o papel da família e da Escola na formação de jovens rurais.

Trata-se de um processo que implica opções e responsabilidades, que exige um trabalho coletivo dos atores, de maneira que o resultado seja um projeto comum. Nele, as definições, as problematizações e as respostas são construídas no confronto das lógicas, saberes e interesses diferentes e divergentes que embasam o projeto comum.

A EFASC tem em sua metodologia uma proposta de educação que possibilita uma formação do resgate dos saberes acumulados, baseados nas experiências das famílias e dos estudantes, que visa estimular os educandos na busca de suas potencialidades.

Muitos estudantes da EFASC participam das organizações locais, ampliando o espaço de sociabilidade, identificando fragilidades encontradas nas propriedades familiares, onde contribuem para as mudanças necessárias para a promoção de uma melhor qualidade de vida.

Percebe-se a preocupação dos jovens com a diversificação da produção agrícola, principalmente nas propriedades que há muito tempo têm sua economia baseada na monocultura do tabaco.

Nesse sentido, percebem-se mudanças nas propriedades a partir da prática dos jovens e dos professores da EFASC, tanto no que diz respeito à diversificação e sustentabilidade, quanto no resgate dos saberes das famílias envolvidas no processo de formação.

Nos aspectos culturais, aliados aos conhecimentos proporcionados pela proposta metodológica da EFASC, percebe-se o preparo e a motivação dos jovens, aptos a assumirem o seu papel social como profissionais da agricultura.

O estudo conclui que a EFASC inaugurou na região uma escola de formação dos jovens em alternância, de maneira integrada e unitária, contando com uma crescente participação e responsabilidade das famílias e contribuindo para o fortalecimento e o desenvolvimento sustentável das comunidades nas quais os jovens estão inseridos.

Entende-se que a Pedagogia da Alternância é um processo resultante do contínuo movimento entre teoria e prática, pois, “quanto mais pomos em prática de forma metódica a nossa capacidade de indagar, de comparar, de duvidar, de aferir, tanto mais eficazmente curiosos nos podemos tornar e mais crítico se pode fazer o nosso bom senso” (FREIRE, 1996, p.69).

SELMA SCHNEIDER

Graduada em História pela UFMT e Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC, Pesquisadora da Pedagogia da Alternância e Educação do Campo. Professora da Gerência de Educação do Campo – SEDUC/MT

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C (orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO República Federativa do Brasil. Brasília, 1888. **LDB da Educação Brasileira**. Lei N° 9.394, de 20/12/1996.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB N° 1. 03 de abril de 2002

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.

EFASC, **Relatório de Atividades, 2009**, documento interno, acesso na Escola Família Agrícola Santa Cruz do Sul.

_____. **Relatório de Atividades, 2010**, documento interno, acesso na Escola Família Agrícola Santa Cruz do Sul.

_____. **Relatório de Atividades, 2011** documento interno, acesso na Escola Família Agrícola Santa Cruz do Sul.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e Resistência**. Os Camponeses Gaúchos e a Indústria do Fumo. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

FRANTZ, V. L. **A Escola Formal e a Escola Não-Formal no Processo do Desenvolvimento Rural, Santa Cruz do Sul**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2006.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: AIMFR, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Atlas da questão Agrária brasileira**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads.htm>> Acesso em: abr. 2012.

KESSELRING T. O Conceito de Natureza na História do Pensamento Ocidental. **Episteme**, n. 11, 2000.

MEC - **CADERNO DE SUBSÍDIOS**, Brasília – DF. 2004

MEC - CNE/CEB 36/2001. **Parecer “Educação Básica do Campo”**. Ministério da Educação, Brasília, 2001.

MEC - CNE/CEB 01/2006. **Parecer “Educação Básica do Campo”**. Ministério da Educação, Brasília, 2006.

MEC - CNE/CEB nº 1. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**, Brasília, 2002.

MEC. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Brasília, 2004.

MONTEIRO, Marcos Antonio (coord.). **Retrato falado da alternância: sustentando o desenvolvimento rural através da educação**. São Paulo: CEETEPS, 1997.

Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo Br. Disponível em: <<http://www.mepes.org.br/index-6.html>> Acesso em: 20 dez. 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. **Educação do Campo e Políticas Públicas para Além do capital: Hegemonia em Disputa**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília UNB, 2008.

NOSELLA, Paulo. Militância e profissionalismo na educação do homem do campo. **Revista de Formação por Alternância**.v. 4. Brasília: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, 2007.

_____. **Origens da Pedagogia da Alternância**. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil. Brasília: UNEFAB, 2007.

RODRIGUES, J. A. **Práticas Discursivas de Reprodução e Diferenciação na Pedagogia da Alternância**. Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação. Vitória, 2008.

SILVA, Lourdes Helena da. **As Experiências de Formação de Jovens do Campo**. Alternância ou alternâncias? Viçosa: UFV, 2003.

TRIGO, E.; KAIMOWITZ, D; FLORES, R. **Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável**. São Paulo: Estudos Econômicos, 1994.

ZAMBERLAN, S. **Formação e Desenvolvimento Sustentável** – O lugar da família na vida institucional da Escola-Família – Participação e relação de poder. Dissertação de Mestrado na faculdade de Ciências e Tecnologia da Educação da Universidade Nova de Lisboa, 2003.